



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

FILHOS/AS DE CASAIS DO MESMO SEXO: ALGUNS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À NOÇÃO DE FAMÍLIA

Gilclécia Oliveira Lourenço; Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas; Ricardo Delgado
Marques de Lima

Universidade Católica de Pernambuco, gilcleciaoliveira@yahoo.com.br

RESUMO

Neste trabalho, investigou-se como crianças e adolescentes que vivem em famílias cujo casal parental é constituído por pessoas do mesmo sexo atribuem sentido a suas famílias. Participaram da pesquisa três crianças e um adolescente com idades entre 7 e 14 anos. Para a coleta de dados, foi utilizado um “álbum de fotografias” como estímulo para a narrativa de histórias por parte das crianças e do adolescente. Os dados coletados foram submetidos à Análise Discursiva em uma perspectiva foucaultiana. Os resultados mostram que, embora a orientação sexual ainda seja um empecilho para o reconhecimento social da paternidade ou maternidade, para os/as participantes, a delimitação de família tem como base a afetividade. Os laços sanguíneos não representam o único nem o mais importante determinante na delimitação de família. Dessa maneira, considera-se que apesar de o discurso dos/das participantes ser atravessado pela heteronormatividade, seus desejos, crenças e fantasias são reflexos de suas experiências pessoais e espelham as contingências de suas vidas.

Palavras-chave: Família, Parentalidade, Heteronormatividade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INTRODUÇÃO

As temáticas que tomam a família como foco ou como pano de fundo têm sido alvo de inúmeros estudos e discussões. No entanto, a legitimação e a legalização dos vínculos afetivos que as pessoas têm constituído ao longo do tempo, vêm encontrando inúmeros empecilhos e dificuldades quanto ao reconhecimento pela sociedade.

A constituição brasileira, até 1969, reconhecia, como legítimas, apenas as famílias constituídas legalmente pelo casamento. Foi somente em 1988 que as uniões estáveis e a monoparentalidade foram reconhecidas como entidades familiares. Isso representou um grande avanço, pois, além de reconhecer aquelas em que existe apenas um dos genitores, desvinculou o conceito de família do casamento como modelo único e legítimo (MENEZES, 2009).

Apesar disso, o que se pode observar, socialmente, é uma ideia resistente e predominante do modelo de família nuclear e tradicional, constituído por um casal heterossexual e seus/suas filhos/as. O ideal ainda considera necessário que haja um par e, que este par, seja de sexos diferentes (heteronormatividade) para que a família funcione bem, fato que pode ser observado nos mais diversos âmbitos da organização social. No campo jurídico, pode-se identificar o ideário familiar influenciando diretamente as decisões sobre guarda e pedidos de adoção (SANTOS, 2012); no âmbito escolar, é perceptível a legitimação da ideia de família nuclear nos procedimentos acadêmicos, datas comemorativas e no material didático usado nas escolas (AMAZONAS et al., 2008).

É nesse contexto, que as famílias constituídas pela união de duas pessoas do mesmo sexo, aparecem à margem da sociedade. González e López (2009) afirmam que, ainda hoje, esse tipo de família é o menos conhecido e aceito, devido, em parte, à invisibilidade em que se refugiam temendo o rechaço social.

A proposta deste estudo foi abrir espaço para as vozes de crianças e adolescentes, atribuindo-lhes papéis de protagonistas. Sendo assim, busca-se evidenciar as experiências de crianças e adolescente que vivem em famílias, cujo casal parental é constituído pela união de dois homens ou de duas mulheres.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e numa análise descritiva, que objetivou investigar os sentidos atribuídos à família por três crianças e um adolescente, filhos de casais constituídos por pessoas do mesmo sexo.

Para a construção dos dados, utilizou-se um “álbum de fotografias” confeccionado pela própria pesquisadora. Esta técnica, inspirada em um trabalho desenvolvido por Melo (2008), objetiva incentivar a narrativa de histórias a partir de estímulos visuais e propicia ao/a participante falar sobre seus sentimentos, desejos e sua própria história. Trata-se de um álbum construído a partir da seleção de 14 imagens, conseguidas através da internet. As imagens utilizadas retratavam diversas pessoas, em diferentes situações do cotidiano, que podiam ou não ser interpretadas como famílias.

O uso do álbum de fotografias teve um tempo de aplicação aproximado de uma hora. O álbum foi oferecido aos participantes e, para cada imagem, foi solicitado que contassem uma história. As histórias contadas e os diálogos entre os/as participantes e a pesquisadora foram gravados digitalmente e, posteriormente, transcritos. Também foram registrados os gestos relevantes como, por exemplo, expressões faciais, gesticulações, sorrisos, entre outros.

Participaram do estudo três crianças e um adolescente, de ambos os sexos, com idades entre 7 e 14 anos (amostra intencional), todos/as residentes no estado de Pernambuco, sendo três na região metropolitana do Recife e um no interior do estado. Todos/as os/as participantes são filhos/as da união de duas mulheres, e conhecem seus pais biológicos. Três dos/das quatro participantes residem com a genitora, mas de alguma maneira foram adotados/as afetivamente pelas companheiras de suas mães. Apenas um foi adotado por ambas as companheiras. Para preservar a identidade dos/das participantes, todos os nomes utilizados são fictícios.

Os dados obtidos foram submetidos a uma análise discursiva a partir da perspectiva foucaultiana. O discurso foi aqui entendido não apenas como uma expressão de ideias, através de uma linguagem verbal ou não verbal, mas como as condições que possibilitaram a construção e atribuição de sentido às coisas e a nós mesmos (VEIGA-NETO, 2007).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Foucault (1997), ao falar sobre o discurso, afirma que nele existem apenas enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisá-lo é dar conta dessas relações que são históricas e de práticas muito concretas que estão vivas nos discursos. Deste modo, as histórias criadas a partir do álbum de fotografias foram analisadas, levando-se em consideração o dito, o contexto de produção do que foi dito e interpretadas como uma forma dessas crianças/adolescente atribuir sentido às suas famílias.

A FAMÍLIA: JOGOS DE DESEJOS

As lutas pelo reconhecimento das uniões conjugais entre pessoas do mesmo sexo representam um marco em relação às reivindicações das classes de sexualidades discordantes da norma, pois ela evidencia a exigência não apenas de direitos de cidadania, em nível individual, mas também à constituição familiar (MELLO, 2005). Ainda, que esses casais não tenham reconhecimento social e legitimação do Estado, estas uniões se apresentam cada vez mais presentes.

Ana, 7 anos, reside desde os 4 anos com a mãe e sua companheira, diante da imagem de duas mulheres se abraçando, em que uma delas encontra-se grávida, diz: *“Era uma vez uma mulher que era casada com outra mulher. Elas se amavam muito e queriam ter um filho. Até que uma ficou grávida. E as duas viveram felizes para sempre.”*

Nos últimos anos a sociedade vem sofrendo pequenas, mas importantes transformações no que diz respeito à aceitação das novas configurações familiares e aos direitos que lhes são atribuídos. Em seu enunciado, a participante indica sua inserção nessa formação discursiva cujas condições de existência possibilitam que ela pense o relacionamento erótico e amoroso entre pessoas do mesmo sexo reconhecendo o direito dessas pessoas de construírem uma família.

O discurso, segundo Foucault (1997), é um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva, não se trata de uma unidade retórica que se repete indefinidamente e cuja emergência é possível demarcar ou explicar pela história, mas sim podemos definir um conjunto de suas condições de existência.

Ao elaborar uma história sobre uma imagem, cujos personagens são dois homens brincando com duas crianças, a mesma participante, Ana, narra:



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Era uma vez um homem que tinha dois filhos. Ele se separou e ficou com as crianças. Até que se apaixonou de novo. Só que dessa vez as pessoas não gostavam do namoro dele porque era com outro homem. Mas, ele foi pro juiz e o juiz disse que tudo bem, que ele podia ficar com os filhos e com o namorado. Ai todos eles ficaram felizes (Ana, 7 anos).

Embora capaz de pensar sobre esse novo modelo de família, Ana não está imune às contradições existentes no discurso. Ainda há preconceito e intolerância ao diferente, especialmente quando se trata de comportamentos sexuais e isso pode ser visto naquilo que Ana diz: “*as pessoas não gostavam do namoro dele porque era com outro homem*”. De fato, constituir vínculos afetivos em moldes que divergem da heteronormatividade não é, propriamente, uma situação confortável para um indivíduo. Segundo esta norma, haveria uma relação linear entre sexo, sexualidade e desejo e estes se destinariam, prioritariamente, à reprodução. Esta ênfase no biológico, na reprodução, tem por base a crença de que as identidades de gênero e as práticas sexuais são naturais, ao invés de considerá-las como “um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro” (PRECIADO, 2002, p. 22, tradução nossa).

O enunciado de Ana, também revela que a batalha travada entre os discursos sociais de não reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo e os desejos dessas mesmas pessoas de terem suas relações legitimadas acaba muitas vezes por eleger o Estado como mediador legal dessas práticas. Sendo assim: “O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados (sic), justificadas, conhecidas, declaradas publicamente instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras” (BUTLER, 2003, p. 234). Nesse sentido, o Estado ou qualquer um dos seus representantes legais (neste caso, o juiz) simbolizariam a saída possível para a afirmação dessas configurações familiares.

A vida de Ana é marcada por uma disputa judicial entre seus pais biológicos por sua guarda. A figura do Juiz representa a autoridade máxima da qual depende o reconhecimento das relações familiares estabelecidas. Sua fala aponta para a instauração de relações de poder marcadas por uma hierarquia. O fato de o juiz afirmar “que tudo bem” legaliza e reconhece os laços afetivos da família e, de alguma maneira, autoriza a felicidade de todos, sem que seu personagem precise optar entre ter os filhos ou o namorado perto dele.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Todavia, apesar de na história de Ana o poder ser representado pela figura do juiz, não se pode entendê-lo como algo que está centralizado e tem o intuito dominador, mas que surge de todos os lados e se desloca em todas as direções, afetando as várias relações (FOUCAULT, 2007). Neste sentido, “o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas opera de forma imediata na sua construção” (ARÁN; PEIXOTO JUNIOR, 2007, p. 132).

Outras falas apontam a dificuldade de questionar e resistir às “verdades” relacionadas à sexualidade, pois estas estão fortemente naturalizadas e incorporadas (NARDI; QUARTIERO, 2012). É o que nos aponta Carol, de 8 anos. Esta garota reside, há dois anos, com a mãe e a sua companheira... Porém, sua mãe sempre manteve relacionamentos homoeróticos e Carol sempre conviveu com as namoradas da mãe. Em uma conversa propiciada pela aplicação do instrumento ela diz:

[...] sei lá... assim: todo mundo tem mãe e pai... eu também tenho pai... mas, assim: minha mãe namora uma mulher... não é um homem... aí é diferente... eu digo que ela é minha tia quase mãe, amiga da minha mãe... eu não digo que ela é namorada de mamãe. [...] Sei lá... eles podem achar minha família estranha (Carol, 8 anos).

A fala de Carol aponta a dificuldade de pensar-se e incluir-se na diversidade. Apesar de manter laços afetivos bastante estreitos com a companheira da mãe, é mais confortável apresentá-la socialmente como “tia quase mãe” e omitir a relação amorosa existente entre sua genitora e outra mulher. Ela define o relacionamento da mãe como “*diferente*,” posteriormente, fala sobre o receio de ter sua família rotulada como “*estranha*.” O discurso de Carol evidencia a ligação firmada entre o “diferente” e o “estranho,” por vezes utilizados como sinônimos.

Segundo Butler (2001), o sexo não é apenas e simplesmente algo que alguém possui, mas aquilo que torna alguém viável e inteligível. As práticas sexuais que divergem das normas seriam (des)qualificadas como ininteligíveis, absurdas ou “estranhas.” O efeito naturalizado das performatividades de sexo e gênero é produzido e fortalecido através das constantes reiterações normativas: palavras, gestos, atitudes, entre outras que são frequentemente utilizadas para renovar esses preceitos. Vale ressaltar que, entende-se a performatividade como uma “conduta” de reiteração da norma ou de um conjunto de normas, que não podem ser interpretadas como atos



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

teatrais de simples repetição, mas algo que ao se fazer, simultaneamente, dissimula e produz a norma (BUTLER, 2001).

Mobilizada por uma das imagens do álbum de fotografias, constituída por dois homens brincando com um bebê, Carol fala sobre as diversas possibilidades de ser família:

[...] Sabia que dois homens podem ter filhos? [...] Eu não sabia não. Mas, tia Vivian (companheira da mãe biológica) me disse que pode. Pode ser adotado, pode ser filho de um deles... Mas os dois cuidam, e são família. [...] Minha família é assim, sabia? Quer dizer, mais ou menos. [...] É assim, só que com duas mulheres. Minha mãe e tia Vivian são namoradas. Mas, pra mim, tia Vivian é como se fosse uma mãe. A gente é uma família assim... com duas mães... (Carol, 8 anos).

Carol fala de sua descoberta sobre algo que transcende a descendência biológica e posteriormente sobre seu conceito de família como aquelas pessoas que exercem cuidados mútuos. Ela reconhece como figura materna a companheira de sua mãe biológica, e é a própria companheira de sua genitora que lhe esclarece sobre as diversas possibilidades de configurações familiares. O fato de Carol ter “duas mães” não diz apenas sobre uma insubordinação à norma da conjugalidade heterossexual, mas fala sobre a possibilidade real de um par do mesmo sexo exercer a parentalidade.

Lucas, de 8 anos, após contar uma história sobre a imagem de duas mulheres que seguram um bebê, introduz a temática sobre as suas várias “mães”: “*Eu tenho duas mães, sabia? [...] É. São as duas que me pegaram pra criar: uma eu chamo de 'mainha' e a outra é mãe.*”

Ao ser questionado como é ter duas mães, ele responde:

É bem maneiro... assim... eu gosto da minha mãe de verdade (genitora)... a que me teve... do meu pai... Mas, gostar mesmo de verdade, eu gosto das minhas duas mães... Elas são mais legais. [...] Eu tô acostumado com elas... desde pequenininho que eu moro com elas. [...] Lá é estranho (Casa da família de origem)... Eu não conheço as pessoas... assim... eu conheço... mas aqui... eu sei o nome completo das minhas mães... a gente sempre faz as coisas juntos... eu sei tudo sobre elas, entende? (Lucas, 8 anos).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Lucas foi adotado ainda pequeno por duas mulheres, no entanto, conhece a família biológica e sempre vai visitá-la no período de férias escolares. Sua fala é bastante significativa, pois ele usa a palavra verdade, tanto para caracterizar a sua genitora, quanto para falar sobre o sentimento devotado às mães adotivas. A “mãe de verdade” é aquela que o gerou, no entanto, o sentimento “verdadeiro” é nutrido por aquelas que o criaram.

Ao usar a expressão verdade para designar sua genitora, ele aponta para o mito da maternidade biológica como aquela natural. Esse mito diz respeito a uma prática discursiva produzida coletivamente e arraigada em nossa cultura, que perpassa todas as relações sociais, organizacionais e institucionais, atuando em todo o processo de subjetivação dos sujeitos, processo que sempre é contínuo e inacabado.

Nesse sentido, a expressão utilizada por Lucas não é a de uma representação voluntária, mas de um enunciado construído por forças discursivas produzidas através de jogos de poder que permeiam as práticas de si. Foucault (1985), citado por Ferreira-Neto (2011), afirma que essas práticas não são um exercício solitário, mas algo que se constrói nas práticas sociais, ocorrendo, muitas vezes, em estruturas comunitárias institucionalizadas.

Importante notar que Lucas justifica a veracidade e a força do seu vínculo afetivo com as mães adotivas pelo fato de ter crescido com elas, estabelecido uma rotina e saber sobre detalhes pessoais, fato que evidencia o estabelecimento de uma forte identificação com as companheiras que o adotaram.

A delimitação de família não está diretamente relacionada com a noção de parentesco, com a questão biológica ou a aproximação física, os contornos são dados pelo grau de afeto que perpassa as relações. A legitimação desses grupos como suas famílias pelas próprias crianças corrobora o conceito de que a entidade familiar deve ser entendida “como grupo social fundado, essencialmente, em laços de afetividade, pois a outra conclusão não se pode chegar à luz do texto constitucional” (FARIAS, 2002, p.327).

João, único adolescente da pesquisa, fala de algumas situações em que teve que aprender a lidar com a norma heterossexual.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Ficam tirando onda; “Ôxe, tua mãe fica tomando as namoradas de tu.” “Tua mãe arruma mais mulé que tu.” Eu digo: Ôxe, sorte dela, se ela pega mais do que eu, ôxe, sorte dela... [...] Eu nem gosto muito não, sabe. Quando o povo fala assim, eu tapeio, rio um pouquinho e saio fora. [...] Os meninos chegavam, ôxe... “Tua mãe é sapatão, num sei o que, num sei o que lá.” Rapaz, tire onda não; “Tua mãe é sapatão mesmo.” Ai, eu peguei e derrubei ele da cadeira e dei uns murros nele lá... fui expulso da escola... eu brigava direto com os meninos. [...] Até quando eu comecei a entender isso... aí eu fui sabendo mais das coisas... [...] Eu vou ter preconceito com isso? Se minha mãe é isso, ôxe, eu tenho que apoiar... (João, 14 anos).

A fala de João evidencia um discurso que se alterna entre ceder às provocações dos colegas ou mostrar que não se importa. O recorte da fala do participante aponta para a existência de uma polivalência discursiva. Neste sentido, não há um revezamento entre as forças discursivas, mas uma coexistência entre elas.

Segundo Fairclough (2008), é possível que existam diferentes discursos, mesmo que contraditórios, que atendam à mesma estratégia; ou um mesmo discurso que transite por estratégias opostas. Não existe “um discurso de poder e em oposição a isso outro discurso que funciona contra ele. Os discursos são elementos ou blocos táticos que operam no campo das relações de força” (p. 86).

De todo modo, a expressão “sapatão”, utilizada acima na fala de João, nos chama a atenção. Esta expressão faz referência aos “pés grandes”, uma característica tipicamente atribuída à figura masculina. A utilização dessa expressão enfatiza a mulher lésbica como aquela que é masculinizada, reforçando padrões estereotipados. Para Silva (2000), os repetidos enunciados performáticos possibilitam a construção de identidades. Aquilo que está marginalizado necessita ser enquadrado, categorizado e nomeado para ser reconhecido. Desta maneira “o ato de nomear é, ao mesmo tempo, a repetição de uma norma e o estabelecimento de uma fronteira” (ARÁN; PEIXOTO JUNIOR, 2007, p.134).

O adolescente, em outro momento questiona a heterossexualidade como normalizadora das relações e das configurações familiares:



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Por que todo mundo tem que ter pai e mãe? E quem não tem vai fazer o que? Nada. Vai viver como? Do mesmo jeito, só que diferente. Eu não sou mais especial, também não sou menos legal que meus colegas, né? (João, 14 anos).

João fala sobre a possibilidade e a necessidade de ser reconhecido como “diferente”. Se diferenciar é apontar para uma nova possibilidade, para um modo de ser que ao mesmo tempo em que se repete, cria: “*Do mesmo jeito, só que diferente*”. Arán e Peixoto Junior (2007, p.129) colocam que “embora gênero e subjetivação sejam reiterações da norma sexual, na própria instabilidade da repetição do mesmo é possível vislumbrar a positividade da subjetivação como resistência, singularidade e produção da diferença”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretendeu com esse estudo comprovar que não existem diferenças significativas entre famílias constituídas por um casal parental heterossexual e famílias construídas a partir da união de duas pessoas do mesmo sexo. Há, sim, diferenças relevantes entre essas conjugalidades, a começar pela discriminação e preconceito que sofrem. Existem especificidades para cada uma das uniões (MELLO, 2005).

Apesar dessas peculiaridades, o que se percebe é que para as crianças e adolescentes que estão diretamente envolvidos nesses contextos, a definição de uma configuração familiar é demarcada pelos laços afetivos que são estabelecidos entre seus membros, não pela descendência biológica, nem pela orientação sexual do casal parental. “A afeição se constitui como a verdadeira base dos relacionamentos, não se aceitando mais nenhum outro limite” (AMAZONAS et al., 2008).

No entanto, as falas dos participantes não podem ser analisadas ou interpretadas por si só. Todas as contingências de suas vidas devem ser levadas em consideração como práticas discursivas e jogos de poder que perpassam a construção de subjetivação dos participantes. Oportunizar a esses jovens participantes o espaço da fala, propiciou apreender outro olhar sobre as relações existentes dentro das práticas familiares que por diversas vezes foram negadas socialmente. À luz da reflexão provocada pelos discursos dos participantes, só nos cabe “desejar optar por outra história, operar em



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

um lugar que não seja nem legítimo nem ilegítimo” (BUTLER, 2003, p.228), mas que simplesmente exista como uma das infinitas possibilidades de relações humanas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Maria Cristina et al. Representação de Família e Material Didático. **Revista Interamericana de Psicologia**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 236-246, 2008. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v42n2/v42n2a06.pdf> >. Acesso em 13 abr. 2015.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 129-147, 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/07.pdf> >. Acesso em 13 abr. 2015.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 153-172.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf> >. Acesso em 15 abr. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FARIAS, Cristiano. Direito Constitucional à Família. **Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe**, v. 03, p. 319-330, 2002.

FERREIRA NETO, João. **Psicologia, Políticas Públicas e SUS**. São Paulo: Escuta, 2011.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2007.

GONZÁLEZ, María del Mar; LÓPEZ, Francisca. Relaciones familiares y vida cotidiana de niños y niñas que viven con madres lesbianas o padres gays. **Cultura y Educación**, v. 21, n. 4, p. 417-428, 2009.

MELLO, Luiz. Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 197-225, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a10.pdf>>. Acesso em 18 de março de 2012.

MELO, Liliane Maria. **Parentalidade e Conjugalidade: a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto**. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

MENEZES, Katia Lacerda. **Conversando com crianças: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça**. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto Contra-Sexual: prácticas subversivas de identidade sexual**. Madrid: Opera Prima, 2002.

SANTOS, Maria Luiza. Adoção por Casais Homoafetivos. In: FERRAZ, Carolina; LEITE, Glauber; NEWTON, Paulla Christianne (coord.). **Cidadania Plural e Diversidade: a construção da igualdade nas diferenças**. São Paulo: Verbaton, 2012. p. 183-195.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção Social da Identidade e da Diferença. Em: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

Veiga-Neto, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.